

Procuradora: Monica Liberatti Barbosa Honorato (OAB/SP n.º 191.573).

Assunto: Representação formulada contra o Edital do Pregão Eletrônico n.º 055/2020, Processo Administrativo n.º 5.806/2020, que objetiva o registro de preços para a aquisição de cortes de frango.

EMENTA: EXAME PRÉVIO DE EDITAL. DESCRITIVO DE PRODUTOS. PROCEDÊNCIA

Constatada a necessidade de revisão de descritivo de produtos almejados, com vistas a dar clareza ao edital e a garantir a competitividade do certame.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

Acorda o E. Tribunal Pleno, em Sessão de 22 de julho de 2020, pelos votos da Conselheira Cristiana de Castro Moraes, Relatora, dos Conselheiros Antonio Roque Citadini, Renato Martins Costa, Dimas Ramalho e Sidney Estanislau Beraldo, e do Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, julgar procedente a representação de que trata o processo n.º TC-016366.989.20-0.

Em se tratando de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução nº 01/2011, o relatório e voto, bem como a representação e demais documentos que compõem os autos, poderão ser consultados, mediante regular cadastramento, no Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página www.tce.sp.gov.br.

Presente o Dr. Thiago Pinheiro Lima, DD. Representante do Ministério Público de Contas.

Publique-se.

São Paulo, 22 de julho de 2020.

EDGARD CAMARGO RODRIGUES – Presidente

CRISTIANA DE CASTRO MORAES - Relatora

ACÓRDÃOS DO CONSELHEIRO SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

A C Ó R D Ã O
RECURSO ORDINÁRIO
TC-008832.989.20-6 (ref. TC-012120.989.18-1)
Recorrente: Rejane Maria Silva – Prefeita do Município de Itariri à época.

Assunto: Contrato entre a Prefeitura Municipal de Itariri e Castellucci Figueiredo e Advogados Associados (atual Gradin – Sociedade Individual de Advocacia), objetivando a prestação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria jurídica tributária previdenciária – recuperação de créditos tributários e contribuição previdenciária, no valor de R\$500.000,00.
Responsável: Rejane Maria Silva Coslovich (Prefeita).

Em Julgamento: Recurso Ordinário interposto contra acórdão da E. Segunda Câmara, publicado no D.O.E. de 04-03-20, que julgou irregulares a inexistibilidade de licitação e o contrato, bem como ilegais as despesas dele decorrentes, acionando o disposto no artigo 2º, incisos XV e XXVII, da Lei Complementar nº 709/93 e aplicando multa no valor de 200 Ufesps à responsável, nos termos do artigo 104, inciso II, do mesmo Diploma Legal.

Advogados: Idene Aparecida Della Cort (OAB/SP nº 242.795), Patrícia Rosa de Oliveira (OAB/SP nº 226.784), Alexandre Aluizio Marchi (OAB/SP nº 218.554) e Aiala Della Cort Mendes (OAB/SP nº 261.537).

Fiscalização atual: UR-12 – DSF-I.

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. CONTRATO. RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS JUNTO À FAZENDA PÚBLICA FEDERAL. AFRONTA À LEI E À JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA DESTA CORTE. RESCISÃO CONTRATUAL. POSSIBILIDADE FUTURA DE DESPESA DECORRENTE DA PARTE EXECUTADA. MULTA. AUSÊNCIA DE EFETIVO PREJUIZO. CANCELAMENTO. PROVIMENTO PARCIAL.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA o E. Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 08 de julho de 2020, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Relator, Antonio Roque Citadini, Renato Martins Costa, Cristiana de Castro Moraes e Dimas Ramalho e do Conselheiro Substituto Márcio Martins de Camargo, preliminarmente, conhecer do Recurso Ordinário e, quanto ao mérito, ante o exposto no voto do Relator, juntado aos autos, dar-lhe provimento parcial, para o fim de cancelar a multa aplicada à Recorrente, Senhora Rejane Maria Silva, mantendo-se, contudo, a irregularidade da Inexistibilidade de Licitação e do Contrato, bem como a ilegalidade da despesa que dele possa advir.

Presente o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas, Dr. Thiago Pinheiro Lima.

Publique-se.

São Paulo, 17 de julho de 2020.

EDGARD CAMARGO RODRIGUES

PRESIDENTE

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

RELATOR

ACÓRDÃO

RECURSO ORDINÁRIO

TC-018862.989.19-1 (ref. TC-005859.989.16-2)

Recorrente: Maria Jerusa Ferreira – Presidente da Câmara Municipal de Pedra Bela à época.

Assunto: Contas Anuais da Câmara Municipal de Pedra Bela, relativas ao exercício de 2017.

Responsável: Maria Jerusa Ferreira (Presidente).

Em Julgamento: Recurso Ordinário interposto contra acórdão da E. Segunda Câmara, publicado no D.O.E. 06-09-19, que julgou irregulares as contas, com fundamento no artigo 33, inciso III, alínea “c”, da Lei Complementar nº 709/93.

Advogado: Pedro Alberto Guerra Santos (OAB/SP nº 304.043).

Procurador de Contas: Celso Augusto Matuck Feres Júnior.

Fiscalização atual: UR-3 – DSF-II.

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO. CONTAS ANUAIS. CÂMARA MUNICIPAL. AUMENTO DE GASTOS COM CONSULTORIA JURÍDICA. RELEVAÇÃO COM ADVERTÊNCIA. DEFICIÊNCIAS NAS COTAÇÕES DE PREÇOS. RECOMENDAÇÃO. PROVIMENTO.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA o E. Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 08 de julho de 2020, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Relator, Antonio Roque Citadini, Renato Martins Costa, Cristiana de Castro Moraes e Dimas Ramalho e do Conselheiro Substituto Márcio Martins de Camargo, preliminarmente, conhecer do Recurso Ordinário e, quanto ao mérito, dar-lhe provimento, para o fim de, reformando-se a decisão combatida, julgar regulares as contas da Câmara Municipal de Pedra Bela, relativas ao exercício de 2017, com fulcro no artigo 33, II, da Lei Complementar Estadual nº 709/93, quitando-se, em consequência, a responsável, nos termos do artigo 35 do mesmo diploma, sem prejuízo da advertência e da recomendação anotadas no corpo do voto do Relator, juntado aos autos.

Presente o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas, Dr. Thiago Pinheiro Lima.

Publique-se.

São Paulo, 16 de julho de 2020.

EDGARD CAMARGO RODRIGUES-PRESIDENTE

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO-RELATOR

A C Ó R D Ã O

EXAME PRÉVIO DE EDITAL

Processo: TC-013779.989.20-1

Representante: Adilson da Silva Porto Elétrica

Representada: Prefeitura Municipal de Mairinque

Assunto: Tomada de preços n.º 02/2020, do tipo menor preço global, que tem por objeto a “contratação de empresa de engenharia para a prestação de serviços contínuos técnicos especializados de manutenção integral e cogestão continua do parque de iluminação pública”.

Em julgamento: Exame prévio de edital, com fundamento no artigo 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

Responsável: Ovídio Alexandre Azzini (Prefeito)

Advogados cadastrados no e-TCESP: Diego Souza Costa Machado (OAB/SP nº 351.834), Djalma Dias de Souza Filho (OAB/SP nº 261.596).

EMENTA: EXAME PRÉVIO DE EDITAL. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E COGESTÃO DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA. EXIGÊNCIA DE EXPERIÊNCIA EM REDE DE ENERGIA ESPECÍFICA. REQUISICÃO DE EQUIPE TÉCNICA INADEQUADA ÀS ATIVIDADES. ELEIÇÃO COMO PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA DE SERVIÇO PASSÍVEL DE SUBCONTRATAÇÃO. REQUISITOS DE PROVA DA APTIDÃO PROFISSIONAL EM DESCOMPASSO COM A SÚMULA Nº 23. PROCEDÊNCIA PARCIAL.

Acorda o E. Plenário, em sessão de 22 de julho de 2020, pelo voto do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo, Relator, dos Conselheiros Antonio Roque Citadini, Renato Martins Costa, Cristiana de Castro Moraes e Dimas Ramalho e do Substituto de Conselheiro Alexandre Manir Figueiredo Sarquis, na conformidade das correspondentes notas taquigráficas, circunscrito estritamente às questões analisadas, em considerar parcialmente procedentes as impugnações, determinando que a Administração adote as medidas corretivas pertinentes para dar cumprimento à lei, devendo também promover cuidadosa e ampla revisão de todos os demais itens do ato convocatório relacionados.

A Administração deve atentar, depois, para a devida republicação do edital, nos termos reclamados pelo artigo 21, § 4º, da Lei 8.666/93.

Presente o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas, Thiago Pinheiro Lima.

Publique-se.

São Paulo, 22 de julho de 2020.

EDGARD CAMARGO RODRIGUES

Presidente

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

Relator

PARECERES

PARECERES DO CONSELHEIRO SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

P A R E C E R
REEXAME
TC-015605.989.19-3 (ref. TC-006655.989.16-8)
Requerente: Prefeitura Municipal de Herculândia.
Assunto: Contas Anuais da Prefeitura Municipal de Herculândia, relativas ao exercício de 2017.

Responsável: Richardson Branco Nunes (Prefeito).

Em Julgamento: Pedido de Reexame interposto contra parecer prévio desfavorável à aprovação das contas, emitido pela E. Primeira Câmara e publicado no D.O.E. de 13-07-19.

Advogados: Daiane Ramiro da Silva Nakashima (OAB/SP nº 268.892) e Emerson Luis Lopes (OAB/SP nº 328.729)

Procurador de Contas: Rafael Neubern Demarchi Costa.

Fiscalização atual: UR-18 – DSF-I.

EMENTA: PEDIDO DE REEXAME. CONTAS DE PREFEITURA. RECURSOS DO FUNDEB. GLOSAS DA FISCALIZAÇÃO. APLICAÇÃO INFERIOR A 95%. RESTITUIÇÃO E UTILIZAÇÃO EM EXERCÍCIO POSTERIOR. NÃO ADMITIDA. DESPROVIMENTO.

Vistos, relatados e discutidos os autos.

ACORDA o E. Plenário do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em sessão de 08 de julho de 2020, pelo voto dos Conselheiros Sidney Estanislau Beraldo, Relator, Antonio Roque Citadini, Renato Martins Costa, Cristiana de Castro Moraes e Dimas Ramalho e do Conselheiro Substituto Márcio Martins de Camargo, preliminarmente conhecer do Pedido de Reexame e, quanto ao mérito, diante do exposto no voto do Relator, juntado aos autos, negar-lhe provimento, mantendo-se inalterados todos os termos constantes do v. parecer recorrido.

Presente o Procurador-Geral do Ministério Público de Contas, Dr. Thiago Pinheiro Lima.

Publique-se.

São Paulo, 16 de julho de 2020.

EDGARD CAMARGO RODRIGUES

PRESIDENTE

SIDNEY ESTANISLAU BERALDO

RELATOR

SENTENÇAS

SENTENÇA DO CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI

SENTENÇAS PROFERIDAS PELO CONSELHEIRO RELATOR ANTONIO ROQUE CITADINI

Os processos referidos ficarão disponíveis aos interessados para vista e extração de cópias independente de requerimento, em Cartório, nos termos da Resolução nº02/2000.

Proc.: 00006611.989.17-9.

Contratante: COMPANHIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO - SABESP (CNPJ 43.776.517/0001-80). Advogado: JOSE HIGASI (OAB/SP 152.032) / MIEIKO SAKO TAKAMURA (OAB/SP 187.939) / GLAUCIA MARIA SAQUETI DE CASTRO (OAB/SP 291.505). CONTRATADO(A): UNICORP INFORMATICA INDUSTRIAL LTDA (CNPJ 01.250.090/0001-31). INTERESSADO(A): MANUELITO PEREIRA MAGALHAES JUNIOR (CPF 478.682.525-53). OSVALDO ANTONIO PAZIANOTTO (CPF 323.665.826-68). Assunto: CONTRATO : 35.227/16 - 29/12/16. Objeto: Prestação de Serviços Especializados de Engenharia para a implantação, manutenção e melhoria do Sistema etcontrol Corporativo. Vigência: 360 (trezentos e sessenta) dias, consecutivos e ininterruptos, contados da data fixada autorização de serviços, de 02/01/2017 a 28/12/2017. Valor: R\$ 5.711.689,75. Exercício: 2017. INSTRUÇÃO POR: DF-07. PROCESSO PRINCIPAL: 5630.989.17-6. Proc.: 00014797.989.19-1.

Contratante: COMPANHIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO - SABESP (CNPJ 43.776.517/0001-80). Advogado: MIEIKO SAKO TAKAMURA (OAB/SP 187.939). CONTRATADO(A): UNICORP INFORMATICA INDUSTRIAL LTDA (CNPJ 01.250.090/0001-31). INTERESSADO(A): RICARDO DA SILVA CARVALHEIRO (CPF 119.127.558-23). Assunto: TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DO CONTRATO 35.227/16. Exercício: 2017. INSTRUÇÃO POR: DF-07. PROCESSO PRINCIPAL: 5630.989.17-6.

Tratam os autos de contrato, firmado entre as partes acima mencionadas, já julgado regular, bem como a Inexistibilidade de Licitação, conforme v.ACórdão Publicado no DOE em 09/08/19. (TC-5630.989.17-6 - evento 97)

Em exame, o Acompanhamento de Execução Contratual e o Termo de Recebimento Definitivo, sendo tratado no (TC-14797.989.19-1), objetivando declarar o encerramento definitivo do contrato e aceitação final do objeto, não eximindo a contratada das obrigações e responsabilidades assumidas no contrato encerrado, além daquelas decorrentes dos dispositivos legais aplicáveis à espécie. (saldo não utilizado de R\$ 13.373,79).

- No TC- 06611.989.17-9 esta sendo tratado o Acompanhamento da Execução Contratual.

- O Contrato em exame tem vigência prevista de 29/12/2016 até 29/12/2017.

- A Fiscalização (UR-8) efetuou visita técnica em 10/07/17, apontou em seu relatório que as medições apresentadas não são claras o suficiente para demonstrar os quantitativos realizados por cada tipo de serviço e o valor correspondente de cada um deles.

- O Relator à época notificou os responsáveis, por 02 (duas) vezes, nos termos da lei. (evento 28)

- A Sabesp apresentou suas justificativas e documentos (eventos 47 e 108), alegando, em síntese, que o contrato prevê a implantação de 48 Estações de tratamento de água - ETAs a cada 12 meses e manteremos o limite de implantações estabelecido no contrato vigente. De acordo com o entendimento ao exposto pela fiscalização do TCE, para evitar o conflito com o limite quantitativo de 25% estabelecido no § 1 o do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, faremos uma nova contratação.

- Informou, também, que esta anexando um relatório de medição, com detalhamento para comprovação dos cálculos dos valores cobrados. Para o entendimento dos relatórios das medições é imperativo a consulta aos detalhes de preços apresentados na Proposta Comercial que é parte integrante do contrato.

- Alegou, ainda, que está disponível para aferição de todo período realizado (janeiro a dezembro de 2017), a pasta NF Medições Pagamentos contendo: Relatórios de todos os serviços executados, Notas Fiscais, Medições e Comproverantes de pagamentos.

- Esclareceu que, em 10/04/2017 foi implantado um novo sistema, o SAP ERP, nesta implantação foi contemplada somente a migração do saldo devedor dos contratos em andamento, devido à premissa do projeto. Dessa forma, para o caso do contrato em questão, temos uma parte da execução do contrato no período de 29/12/2016 a 09/04/2017 no sistema GES e outra parte, que compreende o período de 10/04/2017 até o final do contrato, executado no sistema ERP SAP. Para obter uma visão total da execução deste contrato devem-se levar em consideração, as informações contidas nos dois sistemas (GES e SAP ERP). Além disso, no sistema GES, o valor inicial é de R\$ 5.711.689,75, no qual foi realizado o valor de R\$ 757.556,44, com saldo de R\$ 4.954.133,31.

- Por fim, no ERP SAP houve a migração do valor remanescente do sistema GES de R\$ 4.954.133,31. Do valor remanescente de R\$ 4.954.133,31 foi realizado o valor de R\$ 4.940.759,52, reajuste realizado no valor de R\$ 66.371,77, saldo não utilizado de R\$ 13.373,79.

- Portanto, o valor de R\$ 4.940.759,52, demonstrado no Termo de Recebimento Definitivo refere-se à totalização de pagamentos processados no novo sistema (ERP SAP).

Retornaram os autos à UR-8, em sua análise, entendeu que o objeto contratual foi cumprido pela contratada em consonância com a descrição do edital, nos quantitativos e prazos previstos inicialmente.

Em face do acrescido, a Unidade Econômica da ATJ e sua Chefia opinaram pela regularidade da matéria em exame (evento 127), entendendo que a Sabesp apresentou esclarecimentos quanto as falhas apontadas pela Fiscalização. Em relação à alegada falta de clareza das medições destacamos que tal questão já foi aborda por esta Assessoria Técnica, na qual concluímos que os esclarecimentos apresentados anteriormente pela Origem dirimiram a dúvida suscitada.

Quanto à divergência apontada no Termo de Recebimento Definitivo foi justificada pela Sabesp em razão da alteração sistema de gestão ao longo do período contratual, pois inicialmente a Sabesp utilizava o sistema GES e a partir de abril/2017 migrou para o sistema SAP ERP e que o contrato com o novo sistema incluiu apenas o saldo remanescente.

A PFE opinou no mesmo sentido da regularidade - evento 129. O MPC certificou que o processo não foi selecionado nos termos do artigo 1º, §5º, do Ato Normativo nº 006/14-PGC.

É o Relatório.

Conforme demonstrado nos autos, as irregularidades apontadas foram devidamente esclarecidas pela Sabesp.

À vista da documentação constante dos autos e das manifestações favoráveis dos órgãos Técnicos da Casa e PFE, razão pela qual Julgo Regular a Execução Contratual e também, TOMO CONHECIMENTO do Termo de Recebimento Definitivo, referente ao Contrato nº 35.227/16.

Publique-se.

SENTENÇA DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

PROCESSO: TC-017665.989.20-8. INTERESSADOS: Unidade de Gestão Assistencial III - Hospital Infantil Darcy Vargas - Secretaria da Saúde. Responsáveis pelo Ato: Sérgio Antônio Bastos Sarrubbo (Diretor Técnico de Saúde III) e Cátia Cristina Dos Santos (Diretor Técnico I). ADMITIDA: Caroline Limoeiro Manangão. ASSUNTO: Admissão de Pessoal - Subsequente. SENTENÇA: Julgo legal o ato de admissão de pessoal em exame, determinando o competente registro.

PROCESSO: TC-017870.989.20-9. INTERESSADOS: Unidade de Gestão Assistencial III - Hospital Infantil Darcy Vargas - Secretaria da Saúde. Responsáveis pelos Atos: Sérgio Antônio Bastos Sarrubbo (Diretor Técnico de Saúde III) e Cátia Cristina Dos Santos (Diretor Técnico I). ADMITIDOS: Suzana da Conceição Herrera Cunha e outros. ASSUNTO: Admissão de Pessoal. SENTENÇA: Julgo legal o ato de admissão de pessoal em exame, determinando o competente registro.

Publique-se.

SENTENÇA DE SUBSTITUTO DE CONSELHEIRO

SENTENÇAS PROFERIDAS PELO CONSELHEIRO SUBSTITUTO ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS.

O processo referido ficará disponível aos interessados para vista e extração de cópias, independentemente de requerimento, no Cartório.

PROCESSO: 00018014.989.20-6. INTERESSADOS: HOSPITAL GERAL DR ALVARO SIMOES DE SOUZA DE VILA NOVA CACHOEIRINHA - SECRETARIA DA SAUDE. SEME SADALA SARRAFF. FABIANA PESSOA DOS SANTOS VITALI. SERVIDORA ADMITIDA: Atas Fisioterapeuta Carolina Batista Antunes. ASSUNTO: admissão de pessoal - concurso público. EDITAL Nº: 056/2015. CONCURSO Nº: I.E. nº 04/2015 (ATAS Fisioterapeuta). EXERCÍCIO: 2018. INSTRUÇÃO POR: DF-09.

Vistos.

Em exame, ato de admissão de pessoal (ATAS Fisioterapeuta), levado a efeito no âmbito da Secretaria da Saúde – Hospital Geral Dr. Alvaro Simões de Vila Nova Cachoeirinha, no exercício de 2018, mediante concurso público (I.E. n.º 04/2015).

A matéria foi examinada pela DF-9.4, nos termos das Instruções e Ordem de Serviço em vigor no âmbito deste E. Tribunal de Contas, que no relatório elaborado manifesta-se pela legalidade da admissão e pelo registro do ato. (relatório de instrução processual e planilha SisCAA juntados no evento 13).

A douta PFE também se pronuncia pela legalidade da admissão e pelo registro do ato (Evento 16)

Concedida a oportunidade de manifestar-se nos autos ao MPC, restou certificado que o processo não foi selecionado nos termos do art. 1º, §5º, do Ato Normativo n. 006/2014-PGC, publicado no DOE de 08/02/2014 (Evento 18).

É o relatório.

Decido.

À vista dos elementos que instruem os autos, acolho os pronunciamentos favoráveis da Equipe de Fiscalização e da douta PFE, julgo legal a admissão em exame e determino o registro do ato especificado na planilha juntada no processo.

Publique-se.

Ao Cartório para as providências de sua alçada, aí incluída a remessa do processo ao DSF-II.1, após o trânsito em julgado da decisão, para o devido registro.

Exauridas as providências pertinentes ao caso, autorizo desde já o arquivamento do processo.

PROCESSO: 00018011.989.20-9. INTERESSADOS: HOSPITAL GERAL DR ALVARO SIMOES DE SOUZA DE VILA NOVA CACHOEIRINHA - SECRETARIA DA SAUDE. SERVIDORES ADMITIDOS: Marcia Cristina Bertuga Espindola; Fernanda Soares da Silva; Gilvanete Maria dos Santos Macena; Mali Machado de Souza.

ASSUNTO: ADMISSÃO DE PESSOAL-EDITAL Nº: 023/13. CONCURSO Nº: I.E. nº 01/2013 (Técnico de Enfermagem). Promovido pelo Centro de Atenção Integrada em Saúde Mental - CAISM - Philippe Pinel. EXERCÍCIO: 2018. INSTRUÇÃO POR: DF-09.

Vistos.

Em exame, atos de admissão de pessoal, levados a efeito no âmbito da Secretaria da Saúde – Hospital Geral "Dr. Álvaro Simões de Souza" de Vila Nova Cachoeirinha, no exercício de 2018, em razão do concurso público I.E. 01/2013, realizado pelo Centro de Atenção Integrada em Saúde Mental – CAISM Philippe Pinel.

A matéria foi examinada pela DF-9.4, nos termos das Instruções e Ordem de Serviço em vigor no âmbito deste E. Tribunal de Contas. No relatório elaborado informa que houve aproveitamento de lista de candidatos classificados em concurso público realizado pelo Centro de Atenção Integrada em Saúde Mental – CAISM Philippe Pinel, e que os atos das admissões inicialmente promovidas foram registrados, nos termos da Sentença exarada no TC – 334.989.16 (Sentença publicada no DOE de 20/02/2016). Manifesta-se pela legalidade das admissões e propõe o registro dos atos (relatório de instrução processual e planilhas SisCAA juntados no evento 13).

A douta PFE também se pronuncia pela legalidade das admissões e pelo registro dos atos (Evento 16)

O MPC certifica que o processo não foi selecionado nos termos do art. 1º, §5º, do Ato Normativo n. 006/2014-PGC, publicado no DOE de 08/02/2014 (Evento 18).

É o relatório.

Decido.

À vista dos elementos que instruem os autos, acolho os pronunciamentos favoráveis da Equipe de Fiscalização e da douta PFE, julgo legais as admissões em exame e determino o registro dos atos especificados nas planilhas juntadas no processo.

Publique-se.

Ao Cartório para as providências de sua alçada, aí incluída a remessa do processo ao DSF-II.1, após o trânsito em julgado da decisão, para o devido registro.

Exauridas as providências pertinentes ao caso, autorizo desde já o arquivamento do processo.

SENTENÇA DO AUDITOR ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS

SENTENÇAS DO AUDITOR ALEXANDRE MANIR FIGUEIREDO SARQUIS

PROCESSO: 00001249.989.16-1 ÓRGÃO: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE SÃO VICENTE - CODESAVI (CNPJ 49.189.822/0001-51) RESPONSÁVEIS: FRANCISCO FLAVIO DE LIMA DOS SANTOS – Dirigente (Período 01.01 a 28.03.2016) ADVOGADA: BARBARA PRADO ALCANTARA (OAB/SP 341.217) JOSÉ COSMOS DE JESUS – Dirigente (Período 29.03 a 31.12.2016) ASSUNTO: Balanço Geral - Contas do Exercício de 2016 INSTRUÇÃO POR: UR-20

EXTRATO: Pelos motivos expressos na sentença, JULGO IRREGULARES as contas da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE SÃO VICENTE - CODEVASI, do exercício de 2016, nos termos do artigo 33, inciso III c.c. artigo 36 da Lei Complementar Estadual nº 709/93, aplicando-se os incisos XV e XXVII do artigo 2º do mesmo diploma legal. Condeno os Senhores Francisco Flávio de Lima dos Santos, José Cosmo de Jesus, Luiz Antonio dos Santos e Rinaldo Calixto a recolherem aos cofres da Companhia, no prazo de 30 (trinta) dias, respectivamente, as importâncias de R\$ 5.671,64, R\$ 21.722,15, R\$ 18.507,45 e R\$ 14.022,96, devidamente atualizadas, com os acréscimos legais, até as datas dos efetivos recolhimentos, de acordo com o índice IPC-FIPE. Também, com fulcro no artigo 104, I, da supra referida lei complementar paulista, considerando as gravidades das ocorrências levantadas pela equipe técnica de fiscalização, sua reincidência e o tempo das respectivas gestões, aplico ao Senhor Francisco Flávio de Lima dos Santos multa de 160 (cento e sessenta) UFESPs e ao